

A violência contra a mulher à luz da fenomenologia: uma revisão sistemática

Violence against women in the light of phenomenology: a systematic review

La violencia contra las mujeres a la luz de la fenomenología: una revisión sistemática

DOI:10.18226/21784612.v29.e024002

Igor Felipe Benatti¹

Andreza Marques de Castro Leão²

Maria Alves de Toledo Bruns³

Resumo: A violência contra a mulher é um fenômeno alicerçado na desigualdade de gênero que atravessa diferentes contextos, incluindo o universitário. Portanto, o objetivo deste estudo foi conhecer como esse fenômeno é visto dentro do paradigma fenomenológico, em especial no âmbito da universidade, e conhecer quais os fenomenólogos utilizados nesta temática. Para tanto, empregou-se o método de revisão sistemática, seguindo os passos citados por Sampaio e Mancini (2007), também Zerbinati e Bruns (2017), optando-se pelas bases de dados *Google Acadêmico*, *Scielo* e *PePsic*, priorizando os últimos cinco anos (2017 a 2022), artigos nacionais e em português. Os achados sinalizam a escassez de estudos que abarcam este tema na literatura científica nacional e Martin Heidegger foi o fenomenólogo mais utilizado. À vista da análise empreendida, foi possível notar a ausência de estudos que buscam apontar a incidência da violência contra a mulher à luz da fenomenologia, em especial, no contexto universitário. A relevância disso decorre da necessidade de conhecer a apresentação desse fenômeno à consciência por meio da descrição acerca da experiência e do sentido atribuído pela pessoa, promovendo assim maior compreensão e identificação dos aspectos que incidem na violência contra a mulher, de modo a se articular as formas de enfrentamento.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência de gênero. Universidade. Fenomenologia.

¹ Mestrado em Educação pela Unesp. Graduação em Psicologia pela Universidade de Araraquara e Administração pela Universidade Paulista.

² Livre Docente em Educação Sexual, Doutorado em Educação Escolar com Pós-Doutorado em Sexualidade e Educação Sexual pela Unesp. Mestrado em Educação Especial pela UFSCar. Graduada em Fonoaudiologia pela USP e Pedagogia pela Unesp.

³ Doutorado e Mestrado em Psicologia Educacional pela Unicamp com Pós-doutorado em Linguística pela USP. Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Plínio Augusto de Amparo.

Abstract: Violence against women is a phenomenon based on gender inequality that crosses different spaces and contexts, including the university. Thus, the objective of this study was to know how the phenomenon of violence against women is seen within the phenomenological paradigm, in particular, in the university context, also, to know which phenomenologists are used in this theme. The systematic review method was used following the steps cited by Sampaio and Mancini (2007) and Zerbinati and Bruns (2017), opting for Google Scholar, Scielo and PePsic databases, prioritizing the last five years (2017 to 2022), the Portuguese language and national articles. A shortage of national scientific literature on this topic was identified, as well as Martin Heidegger was the most used phenomenologist on this topic. However, it was concluded that more studies are needed that seek to point out the incidence of violence against women in the light of phenomenology, especially in the university context, in order to know the presentation of this phenomenon to consciousness through the description of the experience and the meaning attributed by the person, promoting greater understanding and identification of the types of violence against women as a way of coping

Keywords: Violence against women. Gender violence. University. Phenomenology

Resumem: La violencia contra las mujeres es un fenómeno basado en la desigualdad de género que atraviesa diferentes espacios y contextos, incluido el universitario. Así, el objetivo de este estudio fue conocer cómo el fenómeno de la violencia contra la mujer es visto dentro del paradigma fenomenológico, en particular, en el contexto universitario, además, saber qué fenomenólogos se utilizan en esta temática. Para ello, se utilizó el método de revisión sistemática siguiendo los pasos citados por Sampaio y Mancini (2007), también Zerbinati y Bruns (2017), optando por las bases de datos Google Scholar, Scielo y PePsic, priorizando los últimos cinco años (2017 a 2022), el idioma portugués y los artículos nacionales. Se identificó la escasez en la literatura científica nacional sobre este tema, así como, Martin Heidegger fue el fenomenólogo más utilizado en este tema. Se concluyó que son necesarios más estudios que busquen señalar la incidencia de la violencia contra la mujer a la luz de la fenomenología, especialmente en el contexto universitario, para conocer la presentación de este fenómeno a la conciencia a través de la descripción de la experiencia, y el significado atribuido por la persona, promoviendo una mayor comprensión e identificación de los tipos de violencia contra las mujeres como forma de enfrentamiento

Palabras clave: Violencia contra las mujeres. Violencia de género. Universidad. Fenomenología.

Introdução

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, de múltiplas causas e de alta incidência no país em razão das assimetrias de poder entre os gêneros, a fim de manter valorização e os privilégios do homem, bem como a submissão, a inferiorização e a privação da liberdade da mulher de forma autêntica (Zanello, 2018; Benatti *et al.*, 2022).

Segundo Saffioti (1987) e Whitaker (1997) – expoentes estudiosas e militantes acadêmicas sobre a temática – a violência contra a mulher é toda prática capaz de comprometer o desenvolvimento humano e a sua saúde física ou emocional independentemente da sua configuração. Cabe reforçar que o art. 7 da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, configura essa violência em cinco tipos: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Brasil, 2006).

Saffioti (1999), afirma que as configurações da violência contra a mulher não ocorrem isoladamente, sendo comum a presença da violência psicológica e moral em qualquer forma de agressão. Assim, destaca-se a normatização que incide sobre a mulher brasileira de forma simbólica, com a finalidade de manter as relações de poder previamente estabelecidas, regulando o seu corpo, o seu comportamento e a sua forma de existir, de modo a ajustá-la dentro dos padrões patriarcais e favorecer o controle do homem perante a autonomia da mulher (Zanello, 2018; Benatti *et al.*, 2022).

[...] passa-se a aprovar que a mulher deve ser fraca e passiva, porque tem menos força física do que o homem; e, assim, infere que ela não foi feita para agradar e ser subjugada por ele e que é seu dever fazer agradável a seu mestre – sendo este o grande fim da sua existência (Wollstonecraft, 2016 *apud* Ribeiro, 2018, p. 114).

Isto posto, Saffioti (1987) afirma que a cultura patriarcal coloca a mulher na condição de sujeito não desejante, mas sim, como objeto de desejo do homem e com totalmente dependente da aceitação dele, tendo a finalidade de manter o machismo que insiste em querer silenciar a figura feminina e justificar e/ou naturalizar as diversas formas de violências que são cometidas diariamente contra

ela em diferentes contextos e espaços, incluindo o universitário (Zanello, 2018; Maito *et al.*, 2019; Montrone *et al.*, 2020).

Leão (2017) aponta para a universidade como um espaço em que há o desvelamento da sociedade onde ela está inserida, de tal maneira, o Brasil ainda é um país conservador e preconceituoso que valoriza e mantém os padrões de dominação do homem, adentrando às instituições de ensino do país, propagando e perpetuando os estigmas de gênero, os preconceitos, a misoginia e o sexismo.

Além disso, Benatti *et al.* (2023) enaltecem três pontos no cenário brasileiro: 1) a escassez na literatura científica sobre a violência contra a mulher no contexto universitário, 2) a atenção minimizada das universidades em relação à temática e 3) a baixa divulgação de experiências por parte das universidades no tocante ao enfrentamento desse fenômeno que incide no âmbito da própria universidade.

Dessa maneira, evidenciam-se os desafios ainda enfrentados pelas mulheres no contexto universitário, podendo trazer à tona possíveis prejuízos psicológicos advindos desse axioma, afinal, é alta a incidência do fenômeno no âmbito da universidade. Nessa linha, Michetti e Mettenheim (2019), destacam o levantamento feito pelo Instituto Avon em 2015, que, ao dimensionar a incidência nas universidades do país, identificou-se que 67% das estudantes universitárias afirmaram ter sofrido algum tipo de violência cometida por um homem na universidade ou em festas acadêmicas.

Segundo Michetti e Mettenheim (2019), a violência contra a mulher nas instituições de educação superior incide em sua maioria por meio do poder simbólico, isto é, por meio da naturalização do discurso e de condutas machistas alicerçados no tratamento desigual entre os gêneros. Arelado a isso, autores como Negreiros e Andrade (2019), Souza *et al.* (2018) e Callou *et al.* (2016) concluíram em seus estudos que a violência contra a mulher no contexto universitário tem o seu reconhecimento de maneira limitada, pois a maioria dos universitários consideraram apenas a violência do tipo física, denotando a difícil identificação do tipo psicológica nesse contexto, apesar da sua alta incidência nas universidades.

Com isso, nota-se a invisibilidade, a naturalização e a banalização dos outros tipos de violências contra a mulher que vão

além das agressões que não deixam marcas visíveis aos olhos. Logo, é de suma relevância estudos que possam ampliar a compreensão e a visibilidade desse assunto, bem como, evidenciar a urgência da implementação ou melhorias nas políticas universitárias como forma de enfrentamento desse fenômeno nas universidades brasileiras (Maito *et al.*, 2019; Montrone *et al.*, 2020).

Para mais, indagar o fenômeno da violência contra a mulher na universidade à luz da fenomenologia é segundo Davi e Bruns (2017), uma maneira de não limitar o olhar ao comportamento, mas sim, interrogar e investigar as experiências e os significados atribuídos por meio da descrição acerca do fenômeno indagado, já que a universidade é formada por pessoas. De sorte, esse paradigma é capaz de investigar o sentido e os significados atribuídos pelos atores universitários, de modo a compreender a sua realidade mediada pelas suas experiências vividas (Amatuzzi, 2009).

A fenomenologia é conhecida como a ciência que estuda os fenômenos, teve o seu surgimento nos movimentos filosóficos e se aproximou da Psicologia, sendo considerada um método qualitativo de análise da realidade, também, uma abordagem Psicoterápica em razão da sua epistemologia que possibilita o olhar para o fenômeno na busca de compreender e conhecer a sua apresentação à consciência por meio da interpretação ou da suposição da realidade, ainda que provisória (Davi; Bruns, 2015).

Segundo Bruns (2011, p. 72), isso significa que:

[...] quando o olhar instigante do pesquisador se dirige à busca da compreensão de uma fenômeno, baseando-se na premissa de que o homem é sujeito e objeto do conhecimento e vivencia intencionalmente sua existência, atribuindo-lhe sentido e significado, ou seja, quando não há um ser “escondido”, uma realidade “em si mesma”, objetiva e neutra atrás das aparências do fenômeno (uma vez que a intencionalidade da consciência permite as mais variadas perspectivas acerca do objeto) nesse momento, o paradigma fenomenológico está presente.

Contudo, o objetivo deste artigo é conhecer como o fenômeno da violência contra a mulher é visto dentro do paradigma fenomenológico, em especial, no contexto universitário, assim como, conhecer quais os fenomenólogos utilizados nessa temática.

Com esse intento, optou-se pelo emprego da revisão sistemática da literatura nacional e atual.

Método

Segundo Sampaio e Mancini (2007), a revisão sistemática é um método que corrobora para a sintetização das evidências disponíveis na literatura, possibilitando a avaliação crítica e sintética dos resultados de diferentes estudos e a maximização do potencial de busca, de maneira a encontrar o seu maior número de forma organizada. Para tanto, requer a elaboração de uma pergunta clara, o delineamento de uma estratégia de busca, também, dos critérios de inclusão e exclusão dos materiais, por fim, a análise da qualidade e dos resultados obtidos (Sampaio; Mancini, 2007, Zerbinati; Bruns, 2017).

Nesse sentido, foram necessárias sete etapas que direcionaram esta revisão: 1) Formular a pergunta científica; 2) Elaborar a estratégia de busca, ou seja, definir as bases de dados e as palavras-chave empregadas; 3) Estabelecer os critérios de inclusão e exclusão; 4) Selecionar os estudos; 5) Avaliar a qualidade desses estudos encontrados; 6) Considerar, analisar e interpretar os resultados relevantes e 7) Discutir e apresentar uma conclusão sobre os dados evidenciados.

A questão indagadora desta pesquisa foi: *como o fenômeno da violência contra a mulher é visto no paradigma fenomenológico, em especial, no contexto universitário*. A partir disso, realizou-se uma busca nas bases de dados *Google Acadêmico*, *SciELO* e *PePsic*⁴ empregando as palavras-chave e cruzamentos: *violência contra a mulher and fenomenologia*, *violência de gênero and fenomenologia* e *universitárias and fenomenologia*. Como critério de inclusão, priorizou-se os últimos cinco anos, ou seja, 2017 a 2022, bem como, o idioma português e os artigos nacionais.

Ademais, as produções também deveriam abordar, de maneira direta ou indireta, o fenômeno da violência contra a mulher à luz da fenomenologia. Em contrapartida, as obras que estiveram fora dessas bases de dados, fora do período supracitado e não dialogam

⁴ Além das plataformas de dados reconhecidas, cabe mencionar a utilização do site www.sexualidadevida.com.br do grupo de estudo em Fenomenologia Gênero e Sexualidade, empregando as mesmas palavras-chave e cruzamentos.

com os objetivos do presente estudo, foram excluídas. Na busca empreendida foi realizada a leitura dos títulos, assim como, a leitura cuidadosa dos resumos dos trabalhos, de maneira a identificar a adequação de cada material com os objetivos do presente estudo.

Resultados & discussão

Considerando as 4 primeiras etapas, encontrou-se 153 artigos. Contudo, apenas quinze publicações foram consideradas relevantes por estarem de acordo com os objetivos deste estudo, ou seja, foram descartados 138 artigos. Assim, os quinze estudos selecionados foram lidos na íntegra conforme as etapas 5 e 6, sendo dois dele descartados por não estarem atrelados a temática deste estudo, então, foi realizada uma revisão crítica com o total de treze artigos, de fato, selecionados e elencadas no quadro 1 (anexo). O ano de publicação e a base de dados dos artigos selecionados estão elucidados nos gráficos 1 e 2 (anexo).

Na etapa 5, os treze artigos foram classificados conforme duas categorias: 1) Os fenomenólogos utilizados em seus procedimentos metodológicos e 2) O contexto e/ou espaço atravessado pelo fenômeno da violência contra a mulher. O gráfico 3 (anexo) representa a classificação referente aos fenomenólogos, indicando que a maioria dos estudos selecionados não utilizaram um teórico específico para o desvelamento do fenômeno. Todavia, dentre os estudos que utilizaram de algum teórico, Martin Heidegger foi o fenomenólogo mais utilizado.

Ademais, observa-se que a maioria dos estudos selecionados são no contexto/espaço da saúde, apesar de empregar a palavra-chave **universidade** (grifo nosso) ao fenômeno indagado. Com isso, o contexto universitário/acadêmico foi lócus de apenas dois estudos dos treze selecionados, evidenciando a escassez dessa temática na ótica da fenomenologia. O gráfico 4 (anexo) demonstra o contexto e/ou espaço dos estudos selecionados.

Frente aos resultados obtidos, através das etapas 6 e 7, nota-se que os artigos de Anacleto *et al.* (2021), Caselatto (2021), Reif e Marco (2019) e Barbosa *et al.* (2017) sinalizam a relevância do emprego da Fenomenologia para a temática da violência contra a mulher, considerando-a uma excelente maneira de compreender o fenômeno indagado por meio da descrição da experiência e do

sentido atribuído pelas mulheres enquanto sujeito de pesquisa, porém, os autores citados nesse parágrafo não destacam nenhum fenomenólogo específico nos procedimentos metodológicos de seus estudos.

Barbosa *et al.* (2017) ressaltam a importância da descrição da experiência de mulheres vítimas da violência obstétrica, no intento de manter-se o mais fiel possível ao fenômeno indagado e ao contexto em que ele aparece. Apontando também para a importância dessas experiências, enquanto forma de ampliação da compreensão e da visibilidade dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher neste contexto, de maneira a reconhecer e enfrentar a prática dessa violência.

A descrição da experiência da mulher também foi utilizada por Caselatto (2021) ao discutir a produção de conhecimento realizado por mulheres diante de suas trajetórias e das suas maneiras de existir numa perspectiva humanística. Apesar do aumento do número de mulheres na produção científica, a autora afirma que elas ainda são menos contempladas com bolsas de estudos, ao passo que apresentam menores chances de ascensão na carreira profissional quando comparadas aos homens, em razão de justificativas ainda ancoradas na diferença biológica e na maternidade.

A desigualdade de gênero que culmina nas relações de poder do homem perante a mulher ainda é mantida no contexto acadêmico, além disso, evidencia-se a retaliação delas na sociedade ao ocuparem cargos de liderança ou posição de destaque social, isto é, quando destoam dos padrões impostos pela cultura machista, que corrobora para a manutenção da submissão e da inferiorização da mulher (Saffioti, 1999; Moscovici, 2007; Ribeiro, 2018).

Ainda em consideração ao contexto acadêmico e partindo da premissa de que muitas mulheres ingressam na universidade muito jovens, Moscovici (2007) advoga que a mulher jovem acompanhada da questão racial e de classe é ainda mais acometida por esses padrões machistas que interferem também no seu processo de existir enquanto protagonista feminina, agravando os conflitos à sua subjetividade.

Ribeiro (2018, p. 89) chama atenção para o racismo e para o machismo que acomete, em sua maioria, as meninas negras,

apontando para a exclusão social desse grupo ao destacar os dados da UNICEF em uma pesquisa sobre a violência sexual:

[...] a maioria é de afrodescendentes, vem de classes populares, tem baixa escolaridade e habita espaços urbanos periféricos ou municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico. Muitas dessas adolescentes já sofreram inclusive algum tipo de violência (intra ou extrafamiliar).

Assim como a questão racial, Anacleto *et al.* (2021) afirmam que o período da juventude é de grande sensibilidade perante violência física e psicológica, afinal, é um período da vida em que se vivencia inúmeros conflitos internos e externos em razão da construção das relações sociais e do recebimento das influências culturais que contribuem para o fortalecimento da personalidade e da subjetividade da mulher. “Todo ser humano é constituído e se constrói, são formadores da sociedade assim como também é produto dela, mediante relações e dos espaços sociais em que estão inseridos e vivenciam” (Anacleto *et al.*, 2021, p. 183).

Portanto, as jovens que estão lançadas dentro de uma classe social e economicamente mais vulnerável apresentam maior exposição à criminalidade e as drogas, o que traz maior probabilidade de terem os seus direitos violados, exemplo: a dificuldade de terem acesso à educação por diversos motivos como a gravidez na adolescência, o envolvimento com o crime ou com as drogas, a impossibilidade de escolhas em razão do patriarcado etc. Esse cenário também dificultam o acesso dessas jovens a informações e as legislações que buscam promover a garantia dos seus direitos (Anacleto *et al.*, 2021).

O estudo de Reif e Marco (2019) se ateve a Fenomenologia no intento de compreender o fenômeno indagado por meio da experiência e dos significados atribuídos pelos(as) agressores(as), pois o método de questionar sobre a experiência da pessoa é uma boa maneira de encontrar a realidade. No tocante à violência contra mulher, concluiu-se que 92% das 94 mulheres entrevistadas afirmaram terem sido vítimas da violência física, de relações abusivas e do sistema patriarcal, mencionando também que a tentativa de romper com tal conjuntura resultou na criminalidade.

Segundo Reif e Marco (2019) muitas dessas mulheres afirmaram terem sido forçadas ou manipuladas por seus

companheiros a se envolverem com o crime. Além disso, eles discorrem que os significados sociais atribuídos a essas mulheres que cometeram algum ato agressivo ou criminoso é um indicador de gênero, concluindo maior estigma e condenação social das mulheres do que os homens nesse mesmo contexto.

Com isso, ratifica-se a ideia de Barbosa *et al.* (2017) e de Casellatto (2021) acerca da importância de ressaltar a descrição da experiência das pessoas em relação ao tema, no intento de manter-se o mais fiel possível ao fenômeno indagado e ao contexto em que ele se mostra, pois é uma forma de dar visibilidade, ampliar a compreensão da realidade feminina e cobrar a garantia dos direitos da mulher independentemente do contexto em que o fenômeno se desvela.

Amatuzzi (2011) e Bruns (2011) corroboram dizendo que esse modelo de pesquisa busca conhecer como determinada coisa incide pela construção da compreensão acerca do fenômeno indagado e mediado pela experiência vivida. Nessa linha, Barbosa *et al.* (2017) e Casellatto (2021) destacam o esforço mútuo entre pesquisadora(or)/entrevistada(o), a fim de ir além das estruturas ou dos modos habituais de pensar, buscando maior conexão com a experiência sobre o fenômeno. Afinal, “a pesquisa fenomenológica sonda o vivido. Mas o vivido não se manifesta sozinho ou puro. Ele sempre se mostra já compondo-se com concepções, percepções, construções da consciência” (Amatuzzi, 2011, p. 22).

Nesse íterim, o estudo de Oliveira *et al.* (2021), se ateu a método de Ricouer de análise hermenêutica-dialética de textos e de narrativas, quem segundo os autores, garante maior validade dos sentidos e da confiabilidade das interpretações, em razão da avaliação da mesma transcrição por pelo menos três pesquisadores, posteriormente mediados entre si, com o intuito de assegurar a manutenção da temporalidade do fenômeno na maneira como ele se permite conhecer.

Oliveira *et al.* (2021) corroboram com Reif e Marco (2019) ao advogarem que apesar do sistema carcerário feminino ser um ambiente mais acolhedor, receptivo e de maior solidariedade entre as detentas, elas são menos visitadas do que os homens, ocasionado um incremento exponencial do sofrimento psíquico em razão

da sensação de abandono. Então, além da condenação jurídica, a mulher em situação carcerária sofre maior condenação social do que o homem na mesma situação em razão da moral e da cultura machista que enaltece a posição de submissão, de passividade e de fragilidade, e, quando destoante disso, as mulheres são menos aceitas e mais atacadas ou até mesmo excluídas e/ou abandonadas em determinados espaços (Oliveira *et al.*, 2021).

Outro fenomenólogo encontrado nesta pesquisa foi Alfred Schutz. Segundo Hagopian *et al.* (2017) e Trigueiro *et al.* (2018), a Fenomenologia Sociológica de Alfred Schutz, busca compreender a ação social no mundo, pois essa ação consciente e intencional diz respeito aos projetos e as expectativas da pessoa em seu mundo social, ou seja, os motivos “para” e “porque” da pessoa.

Sendo assim, Trigueiro *et al.* (2018) buscaram a compreensão dos motivos da não adesão ambulatorial de mulheres vítimas da violência sexual, concluindo que há a falha na qualificação profissional e na articulação entre a rede de serviços de apoio, comprometendo tanto no acolhimento às vítimas quanto na promoção de recursos para lidar com essa demanda, resultando o sentimento de constrangimento e de desassistência que se agrava com o alto tempo de espera nesse momento de extrema fragilidade emocional.

Já o estudo de Hagopian *et al.* (2017) buscou compreender as vivências de enfermeiras(os) expostos ao assédio moral no trabalho e apontar o impacto dessa violência à saúde física e psíquica. Cabe ressaltar por meio das transcrições das entrevistas que, as entrevistadas eram mulheres, o que abre a interpretação da possibilidade da violência também de gênero sofrida pelas enfermeiras.

Apesar de Hagopian *et al.* (2017) evidenciarem a necessidade de estudos que esboçam melhorias nas políticas e nos órgãos de saúde pública, pensando no enfrentamento da violência dessas profissionais, Zanello (2018) destaca a necessidade da ampliação do olhar e da compreensão acerca do sofrimento e do adoecimento psíquico da mulher enquanto uma categoria gendrada⁵ e relacional,

⁵ Um acionamento interpretativo e ideológico atravessado pelas especificidades de gênero que perpassa as relações sociais por meio da experiência, no intento de reconhecer e destacar os mecanismos de controle dos símbolos culturais de dominação (Leiro, 1989, s/p.).

no intento de reconhecer e destacar os mecanismos de controle dos símbolos culturais de dominação.

No mesmo contexto, porém utilizando o filósofo alemão Husserl, Incerpe e Cury (2020) buscaram compreender a experiência de 6 profissionais do CREAS, sendo 2 psicólogas e 6 assistentes sociais (todas mulheres) acerca do atendimento às mulheres em situação de violência. Cabe referir que foi por meio de Husserl, no século XX, a Fenomenologia teve o impulso para se tornar um método de investigação que possibilita a compreensão de como determinado fenômeno se mostra à consciência, lembrando que a consciência é intencional (Aranha; Martins, 2009; Bruns, 2011).

Voltando para o estudo de Incerpe e Cury (2020), eles coadunam com Hagopian *et al.* (2017) e Trigueiro *et al.* (2018) acerca da necessidade de discutir sobre o machismo no âmbito da saúde pública, de modo que os seus profissionais possam refletir a respeito de suas condutas perante o fenômeno, e engajar-se na atuação dentro da perspectiva de gênero.

Além disso, Incerpe e Cury (2020) chamam a atenção para os órgãos de saúde, a fim de esboçarem estratégias de mobilização, sensibilização e qualificação dos profissionais, de modo a melhorar a integração da rede de serviços e dos profissionais que atuam em diferentes instituições dessa natureza para melhor assistir e garantir os direitos das mulheres vítimas de violência, bem como, das profissionais que atuam nesse contexto.

Conforme já mencionado, o fenomenólogo Heidegger foi o mais utilizado nos estudos encontrados nesta revisão sistemática no intento de indagar a violência contra a mulher. Martin Heidegger (1889-1976) foi um filósofo e docente universitário de origem alemã que deu continuidade aos estudos de Husserl, porém, voltado para o esclarecimento do ser por meio da análise da existência humana. Com isso, tornou-se reconhecido em razão da sua grande contribuição ao esclarecer o verdadeiro sentido do ser ao considerar a sua posição no mundo (Amatuzzi, 2009; Bruns, 2011).

Bruns e Trindade (2011) e Aranha e Marins (2009) afirmam que Heidegger elaborou o ontológico na tentativa de recuperar o sentido do ser que foi esquecido pela filosofia. Em seu livro *Ser*

e *Tempo*, publicado em 1935, ele apresenta o sentido do ser de maneira não conceitual, apontando o ser como algo indefinível: “ser é o conceito mais universal e mais vazio. Como tal, resiste a toda tentativa de definição. Esse conceito mais universal e, por isso, indefinível, prescinde de definição” (Heidegger, 2015, p. 37).

O sentido do ser não pode ser atribuído por outra pessoa a não ser por ele mesmo, apesar do ser se manifestar ou se fazer presente no ente que é manifestado na sua concretude e de maneira não relativa do ser. Sendo assim, o ser não pode ser determinado e/ou atribuído ao ente, pois apenas o ser é munido da presença e interpretado pelo reconhecimento do seu poder-ser no mundo, ou seja, pela sua capacidade de questionar o mundo e questionar a si próprio no mundo em que está lançado (Aranha; Martins, 2009; Bruns; Trindade, 2011).

Nessa direção, Badalotti *et al.* (2019) objetivaram explorar a discriminação e as maneiras de enfrentamentos pelos servidores da universidade, desvelando que o ser só pode ser compreendido quando lançado e existente no mundo em que ele vive. Considerou-se nesse estudo que a discriminação e a desigualdade de gênero são bastante incidentes no espaço da universidade, ressaltando a importância de políticas inclusivas nesse contexto como forma de romper com o processo discriminatório e desigual advindo da sociedade patriarcal que acomete a saúde da mulher neste espaço.

Embora o ser humano não exista fora do mundo em que ele vive, esse mundo é mediado por uma determinada cultura que pode culminar no fenômeno discriminatório, no caso, a cultura machista culmina na condição de submissão e de inferiorização que é atribuída à mulher, elevando a sua exposição às diversas manifestações de violências contra ela (Badalotti *et al.*, 2019).

Souza *et al.* (2019), observam que as contingências culturais e sociais promovem expressivo sofrimento na pessoa, visto que limita o seu habitar nesse mundo em que estamos lançados e não foi escolhido por nós. Por isso, adentram nessa discussão ao utilizarem o futebol para evidenciar o sofrimento, a discriminação e a inferioridade da mulher, pois no decorrer da história, esse esporte foi idealizado para o homem e as mulheres que buscam ou buscaram adentrar nesse espaço, sendo como jogadoras, torcedoras, árbitras,

técnicas ou dirigentes, acabam enfrentando grande hostilidade advinda da cultura machista.

Sob essa perspectiva, apesar da possibilidade de as mulheres existirem e do seu modo-de-ser em relação ao futebol, elas ainda são menos valorizadas e remuneradas do que os homens, reforçando a ideologia que esse esporte pertence ao ideário masculino e que elas não podem acessar ou usufruir desse lugar, por essa razão é de extrema importância estudos e discussões sobre o tema para desmitificar esse axioma e acelerar a valorização e o reconhecimento da mulher nessa prática esportiva (Souza *et al.*, 2009).

Na mesma direção, Cunha e Dutra (2019) evidenciam o dispositivo materno à existência do corpo feminino como uma das únicas maneiras adequadas e possíveis de a mulher existir conforme a cultura patriarcal; com isso, a culpabilizam e isentam o homem da responsabilidade na criação dos filhos. No entanto, Cunha e Dutra (2019) chamam a atenção para o caso de violência sexual em crianças, evidenciando o sofrimento, a frustração e a culpa atribuída apenas às mães, que aparecem (na maioria das vezes) como protagonistas diante da situação de abuso sexual dos seus filhos, significando a falha, o fracasso e a incapacidade da sua existência.

Então, por meio do olhar fenomenológico de base heideggeriana para como as mães de crianças vítimas de violência sexual são apresentadas na literatura científica nacional, desvelando-se expressivo sofrimento destas mulheres em relação a violência sexual de seus filhos, culminando no sentimento de culpa, desamparo, vulnerabilidade e dificuldade de se relacionar intimamente de novo. Além disso, pode culminar no sentimento de vergonha ao ponto de ocultarem esse fenômeno de outros membros da família (Cunha; Dutra, 2019).

Em congruência com Zanello (2018), Cunha e Dutra (2019) apontam para a escassez e a relevância de estudos dessa natureza, destacando o quanto é comum o sofrimento da mãe juntamente com o da criança violentada, em razão do dispositivo materno empregado à mulher pelo patriarcado, fazendo-a assumir toda a responsabilidade pela existência do seu filho. Então, ela assume para si o risco de estar lançada nesse mundo junto dele sem qualquer garantia ou controle, em que a desigualdade de gênero faz morada,

expondo as mulheres aos riscos de suas existências. Não obstante, abre-se a possibilidade de conhecer e de compreender como o atravessamento do patriarcado afeta o existir autêntico da mulher, seja na forma de estigmas ou de violências, a título exemplificativo.

Sendo assim, o emprego do paradigma fenomenológico contribui para identificar e contrariar as contingências morais e sociais construídas ao longo da história, as quais limitam esse modo-de-ser autêntico da mulher e mantém o poder do macho. Na medida em que se preocupa com as questões cotidianas, amplia-se a consciência que desarranja e reorganiza as imposições atribuídas à condição do feminino, muitas vezes de modo irrefletido (Cunha; Dutra, 2019; Souza *et al.*, 2019; Badalotti *et al.*, 2019).

Outrossim, Cardoso e Bucher-Maluschke (2017) acusam o dinheiro como uma variável da violência contra a mulher no âmbito doméstico, e analisam a atuação dos profissionais de Psicologia acerca das finanças/dinheiro na terapia de casais por meio da perspectiva sartreana. O existencialismo de Sartre é pautado na “famosa sistematização do princípio básico do mesmo, em que a existência precede à essência” (Erthal, 2004, p. 43).

Assim, o ser é aquilo que ele faz de si próprio, ou seja, é a busca ou o desejo daquilo que ele quer ser em razão do seu projeto de ser no futuro por meio das suas escolhas sobre si, então primeiramente ele se lança no mundo e só depois se define. Nesse sentido, a maneira como o homem está lançado no mundo, se definindo como o provedor conforme exigido pelo patriarcado, corrobora para a falta de liberdade e de autonomia da mulher, ou seja, ele usa o dinheiro para controlar a mulher na tentativa de manter a inferioridade e a subordinação feminina (Erthal, 2004; Cardoso; Bucher-Maluschke, 2017).

Isso posto, é de suma importância os profissionais de Psicologia trabalharem o significado do dinheiro nos casais para desconstruir essa conjuntura, de maneira a intervir no sofrimento e contribuir para o processo de independência da mulher. Afinal, são importantes o posicionamento e o compromisso da Psicologia na formação de psicólogas(os) e no fortalecimento de Sindicatos e Conselhos orientados para a luta e para o desvelamento das violações de direitos na sociedade contemporânea. Isto é, dirimir os

atravessamentos dos estigmas de gênero, classe, raça e sexualidade, que limitam as expressões de existência, marcam os corpos e acometem o emocional daqueles que estão posicionados abaixo da linha da “normatividade” que busca beneficiar, em primeiro lugar, o homem cis, hétero, branco e rico (Andrade *et al.*, 2013; Cardoso; Bucher-Maluschke, 2017).

A atuação do profissional de Psicologia também foi considerada importante para esse fenômeno segundo Augustin e Bandeira (2020), que objetivaram analisar a violência psicológica cometida por parceiros íntimos por meio da abordagem gestaltista. A Gestalt-terapia é uma abordagem psicoterápica existencial fenomenológica que possibilita diferentes maneira de perceber e sentir o mundo; dessa forma, o Gestalt-terapeuta deve exercer um olhar para a totalidade do cliente, suspendendo os seus preconceitos e acreditando na sua potencialidade de realizar a melhor escolha possível dentro daquele tempo e espaço (Martins; Moreira, 2013; Augustin; Bandeira, 2020).

Augustin e Bandeira (2020) afirmam que a psicoterapia é de extrema importância no acolhimento da mulher vítima de violência e forte recurso para identificar as outras formas de violências cometidas contra elas para além do tipo físico e, sobretudo, tornar a mulher o mais próximo possível de romper com o ciclo da violência que atravessa as gerações. Para tanto, é necessário que esse(a) profissional tenha a sua prática alicerçada no Código de Ética do Psicólogo e na Resolução de nº 8 de 2020 que visa acolher e cooperar com ações protetivas à mulher quando ela tiver os seus direitos violados, independentemente da sua orientação sexual, raça, etnia, identidade e/ou expressão de gênero (Brasil, 2020).

Por fim, reforça-se o pensamento de Saffioti (1999), em que toda a violência visível aos olhos é precedida pela violência psicológica e emocional. Contudo, são de extrema relevância estudos acerca do fenômeno da violência contra a mulher, a fim de minimizar os seus impactos independentemente da sua configuração, de maneira a romper com a manutenção da cultura machista que corrobora para a desigualdade e a violência de gênero na contemporaneidade em diferentes contextos e espaços, em especial o universitário, pois apesar de ser um lócus privilegiado e de importância social, ainda são escassas as experiências publicadas acerca do enfrentamento

desse fenômeno pela comunidade universitária (Maito *et al.*, 2019; Montrone *et al.* 2020).

Considerações Finais

Considerando o exposto, o fenômeno da violência contra a mulher é de alta incidência no país e atravessa diferentes espaços e contextos. Nesse sentido, aponta-se para a importância de estudos acerca desse fenômeno, de maneira a conhecer os seus impactos e promover maior compreensão e identificação dos tipos de violência contra a mulher que vão além das ações físicas, pensando em seu enfrentamento.

Contudo, evidencia-se a contribuição da Psicologia como forma de intervenção e de acolhimento, assim como da Fenomenologia e alguns dos seus teóricos, para conhecer a apresentação desse fenômeno à consciência por meio da descrição acerca da experiência e do sentido atribuído pela pessoa. Cabe referir que Martin Heidegger foi o fenomenólogo mais utilizado pelos estudos encontrados através dessa revisão sistemática.

Em suma, a pesquisa fenomenológica pretende tornar presente a experiência vivida pela pessoa e ampliar a sua consciência sobre o fenômeno. Com isso, evidencia-se a relevância desse modelo de pesquisa para o desvelar da violência contra a mulher. Apesar da escassez na literatura científica nacional acerca do fenômeno indagado à luz da fenomenologia considerada neste estudo.

Todavia, recomenda-se a busca por artigos em outros idiomas além do português para auxiliar outros estudos que venham a contribuir para o tema. Dada a relevância desse paradigma pela busca da compreensão do fenômeno a partir da vivência de outras pessoas, a fim de identificar os eventos, as situações e os tipos de violência contra a mulher que incide independentemente do espaço ou contexto.

No caso, priorizou-se o contexto universitário, pois apesar da legitimidade e importância social, a universidade é também um espaço em que ocorre a perpetuação de ações e de narrativas machistas, sexistas, misóginas e preconceituosas, porém, ainda pouco pesquisado no Brasil. À vista disso, é mister destacar a necessidade de mais estudos sobre a temática da violência contra

a mulher dentro do paradigma fenomenológico e sobre as experiências das universidades brasileiras acerca do enfrentamento desse fenômeno no âmbito da própria universidade.

Referências

AMATUZZI, M. M. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanística. *Estudo de Psicologia*, Campinas, v. 26, n. 1, p. 93-100, mar., 2009.

AMATUZZI, M. M. Pesquisa Fenomenológica em Pesquisa. In: BRUNS, M. A. T.; HOLANDA, A. F. (Org.) *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas*. Campinas: Editora Alínea, 2011, p. 17-26.

ANDRADE, D. S. V. *et al.* Algumas reflexões sobre gênero e participação feminina no mundo do trabalho e na Psicologia. In: ANDRADE, D. S. V.; SANTOS, H. M. (Org.). *Gênero na Psicologia: articulações e discussões*. Salvador: Conselho Regional de Psicologia, 2013, p. 75-92.

ARANHA, M. L.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

BENATTI, I. F. *et al.* Angústia, Sensualidade e Enfrentamento do Feminino em Gabriela Cravo e Canela. *Revista TEL*, Irati, v. 13, n.2, p. 217-229, ago. 2022.

BENATTI, I. F. *et al.* A violência contra a mulher: uma revisão bibliográfica no contexto universitário. *Diversidade E Educação*, v. 10, n. 2, p.144–159, dez-jan. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. *Resolução (nº 8/20)*. Brasília. Conselho Federal de Psicologia, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-082020.pdf>.

Acesso em 20/09/2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Lei Maria da Penha (nº 11.340/06)*. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10868630/inciso-ii-do-artigo-7-da-lei-n-11340-de-07-de-agosto-de-2006>. Acesso em 09/01/2022.

BRUNS, M. A. T. Psicologia e Fenomenologia: a redução fenomenológica em Husserl a possibilidade de superar impasses da dicotomia subjetividade-objetividade. In: BRUNS, M. A. T.;

HOLANDA, A. F. (Org.) *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas*. Campinas: Editora Alínea, 2011, p. 65-76.

BRUNS, M. A. T.; TRINDADE, E. Metodologia Fenomenológica: as contribuições da ontologia-hermenêutica de Martin Heidegger. In.: BRUNS, Maria Alves de Toledo Bruns; HOLANDA. Adriano Furtado (Org.) *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2011, p. 77-92.

CALLOU, I. C. *et al.* Regras descritivas ocidentais e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Acta Comportamentalia*. Guadalajara, v. 24, n. 1 p. 79-94, jan., 2016.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. *Manual de produção científica: como escrever um artigo de revisão sistemática*. São Paulo: Penso Editora, 2014.

DAVI, E. H. E; BRUNS, M. A. T. Mundo-Vida Travesti: Abordagem Fenomenológica

das Travestilidades. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 23, n 3, p. 521-533, abr., 2015.

DAVI, E. H. E; BRUNS, M. A. T. Compreensão Fenomenológico-Existencial da Vivência Travesti. *Nufen: Phenomenology and interdisciplinarity*, Belém, v. 9, n. 3, p. 57-77, set/dez., 2017.

ERTHAL, T. C. S. *Psicoterapia Vivencial: uma abordagem existencial em Psicoterapia*. São Paulo: Editora Livro Pleno, 2004.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Trad. CAVALCANTE, M. S. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEÃO, A. M. C. As vozes pela inclusão na defesa dos direitos humanos. In: SILVA, R. D. *et al.* (Org.). *Educação, sexualidade e diversidades: políticas públicas educacionais: avanços ou retrocesso?* Londrina: Syntagma, 2017, p. 18-22.

LEIRO, L. Reflexões sobre leitora gendrada e leitora feminista. *Associação de Leitura do Brasil*, 1989. Disponível em: https://alb.org.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais13/arquivos/seminarios/leiro_lucia.htm#:~:text=Para%20ter%20esse%20entendimento%20a,quest%C3%B5es%20sociais%2C%20culturais%20e%20pol%C3%ADticas. Acesso em: 20 nov. 2022.

MAITO, D. C. *et al.* Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade.

- Interface Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 23, n. 1, p. 1-15, abr. 2019.
- MARTINS, M. A. G; MOREIRA, L. A postura do Gestalt-Terapeuta. *Revista IGT na Rede*, Rio de Janeiro, v. 10, n 19, p. 321-327, jul./dez. 2013.
- MICHETTI, M.; METTENHEIM, S. L. V. Gênero e Violência Simbólica em Eventos Esportivos Universitários Paulistas. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 56, n. 1, p. 1-29, abr., 2019
- MONTRONE, A.V. G. *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da visibilidade. *Gênero*, Niterói, v 1. n. 1, p. 6-13, jul./dez. 2020.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NEGREIROS, D. A; ANDRADE, A. O. Olhar do Discente de Graduação Sobre a Violência Doméstica. *REVES Revista Relações Sociais*, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 132-144, fev. 2019.
- RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, dez. 1999.
- SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.
- SOUZA, T. M. C. *et al.* Violência contra mulher no namoro: percepções de jovens universitários. *Revista Psicologia e Saúde*, Goiânia, v. 10, n. 3, p. 31-43, set/dez. 2018.
- ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Brasília: Appris Editora, 2018.
- ZERBINATI, J. P.; BRUNS, M. A. T. Sexualidade e Educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. *Travessias*, Cascavel, v. 11, n.1, p. 76-92, jan./abr. 2017.
- WHITAKER, D. *Mulher & Homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

Anexos

Quadro 1 – Revisão Crítica dos Artigos selecionados

<p>A questão de gênero na percepção do processo saúde-doença de pessoas privadas de liberdade em delegacias</p>	<p>Base de dados: <i>SciELO</i></p> <p>Revisão Crítica: O artigo se mostrou relevante, pois explana acerca das assimetrias entre os gêneros dentro do cárcere privado sob a ótica da fenomenologia hermenêutica de Ricoeur, possibilitando uma análise de textos e discursos que reconhecem as crenças, os valores e a temporalidade do pesquisador/a, possibilitando maior coerência e profundidade na interpretação do fenômeno indagado.</p> <p>Referência: OLIVEIRA, R. S. <i>et al.</i> A questão de gênero na percepção do processo saúde-doença de pessoas privadas de liberdade em delegacias. In: <i>Interface Comunicação, Saúde, Educação</i>, Botucatu, v. 25, n. 1, p. 1-17, jan., 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/QWYcK3tnrPMVX6bcqCjY4Zy/</p>
<p>Assédio moral no trabalho em enfermagem</p>	<p>Base de dados: <i>Google Acadêmico</i></p> <p>Revisão Crítica: O estudo teve por objetivo compreender as vivências dos enfermeiros resultantes da exposição ao assédio moral no trabalho por meio de uma pesquisa de campo com nove profissionais. Para compreender o fenômeno indagado, ele apoiou-se na fenomenologia sociológica de Alfred Schutz. Apesar dos autores terem usado pronomes e vocativos apenas no masculino, foi possível identificar por meio da transcrição das entrevistas, que as entrevistadas eram mulheres, enquanto vítimas de tal violência, expressando prejuízos emocionais e físicos.</p> <p>Referência: HAGOPIAN, E. <i>et al.</i> Assédio moral no trabalho em enfermagem. In: <i>Revista Baiana de Enfermagem</i>, Salvador, v. 31, n. 1, p. 1-8, mar., 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/16588</p>
<p>Atendimento a mulheres em situação de violência: a experiência de profissionais de um CREAS</p>	<p>Base de dados: <i>PePsic</i></p> <p>Revisão Crítica: É um artigo de natureza fenomenológica que objetivou compreender a experiência de 8 profissionais do CREAS no atendimento às mulheres em situação de violência, sendo 2 psicólogas e 6 assistentes sociais (todas mulheres). Para tanto, as autoras utilizaram o método fenomenológico de Husserl (redução fenomenológica, redução eidética e redução transcendental).</p> <p>Referência: INCERPE, P. R. B.; CURY, V. E. Atendimento a mulheres em situação de violência: a experiência de profissionais de um CREAS. In: <i>Estudos Pesquisas em Psicologia</i>, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 919-939, set/dez., 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v20n3/v20n3a12.pdf</p>

<p>Biografias de homens e mulheres autores de violência: uma revisão bibliográfica sobre o uso de métodos com trajetória para o entendimento do fenômeno sociológico</p>	<p>Base de dados: <i>Google Acadêmico</i></p> <p>Revisão Crítica: Neste artigo foi possível identificar por meio de trabalhos empíricos dentro do paradigma fenomenológico, a trajetória de homens e mulheres que cometeram crimes ou violência, de maneira a compreender o fenômeno por meio da experiência e dos significados atribuídos pelos/as agressores/as. Apesar dos autores não citarem um fenomenólogo, eles advogam que o uso da fenomenologia tem o intento de questionar a pessoa com relação a sua experiência sobre determinado fenômeno e consideram uma boa maneira de encontrar a realidade. Além disso, o artigo se mostrou relevante por trazer à tona a violência contra a mulher.</p> <p>Referência: REIF, K; MARCO, M. H. Biografias de homens e mulheres autores de violência: uma revisão bibliográfica sobre o uso de métodos com trajetória para o entendimento do fenômeno sociológico. In: <i>Conversas & Controvérsias</i>, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 2, p. 1-16, jul/dez, 2019. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/34317</p>
<p>Impedimento? Possibilidades da relação entre a mulher e o futebol</p>	<p>Base de dados: <i>PePsic</i></p> <p>Revisão Crítica: A pretensão deste artigo foi explanar e discutir à luz da fenomenologia de base Heideggeriana (Dasein – ser-aí) o papel que as mulheres ocupam e a relação que elas estabelecem na vivência de ser torcedoras, atletas, árbitras, técnicas e dirigentes de clubes de futebol.</p> <p>Referência: SOUZA, L. M. <i>et al.</i> Impedimento? Possibilidades da relação entre a mulher e o futebol. In: <i>Phenomenological Studies: Revista da Abordagem Gestáltica</i>, v. 25, n. 3, p. 282-293, set/dez., 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v25n3/v25n3a07.pdf</p>
<p>Meninas e adolescentes e a autopercepção sobre a vulnerabilidade e riscos: uma revisão sistemática</p>	<p>Base de dados: <i>Google Acadêmico</i></p> <p>Revisão Crítica: Partindo do pressuposto que muitos ingressantes da educação superior ainda são jovens, o artigo mostrou-se relevante, pois explana a vulnerabilidade dessas jovens a diversas situações de violências. Diante do exposto, o objetivo do estudo foi verificar a maneira como o campo científico tem abordado as jovens em condições socialmente vulneráveis. Para tanto, utiliza-se da fenomenologia para a compreensão sobre o existir e quando tal existência é exposta à violência há uma tendência de limitar as possibilidades de escolhas de um futuro melhor.</p> <p>Referência: ANACLETO, A. <i>et al.</i> Meninas e adolescentes e a autopercepção sobre a vulnerabilidade e riscos: uma revisão sistemática. In: <i>Sociedade em debate</i>, Pelotas, v. 35, n. 3, p. 182-196, set/dez., 2021. Disponível em: https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2968/1823</p>

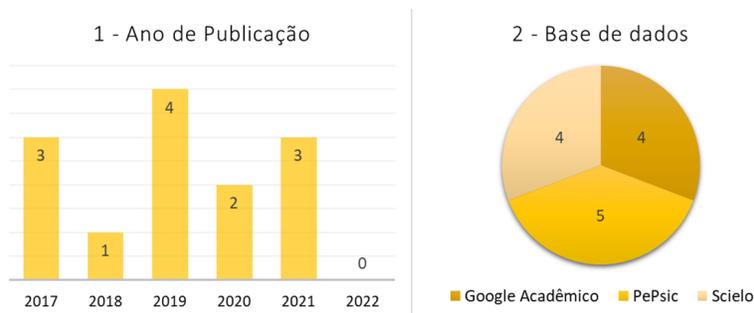
<p>Não adesão ao surgimento ambulatorial por mulheres que experienciaram a violência sexual</p>	<p>Base de dados: <i>Scielo</i></p> <p>Revisão Crítica: O artigo explana a violência sexual contra a mulher e o seu objetivo é compreender os motivos da não adesão ambulatorial dessas mulheres. O método empregado é fundamentado na Fenomenologia Social de Alfred Schütz, pois tem como referencial filosófico a ação social da pessoa no mundo, buscando alcançar a estrutura intersubjetiva do sentido dessas mulheres.</p> <p>Referência: TRIGUEIRO, T. H. <i>et al.</i> Não adesão ao surgimento ambulatorial por mulheres que experienciaram a violência sexual. In: <i>Texto Contexto Enfermagem</i>, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-9, jan., 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/xNqCdzMpSpjKwKXF7CfKxy/abstract/?lang=pt</p>
<p>O casal face as finanças: revisão da literatura</p>	<p>Base de dados: <i>PePsic</i></p> <p>Revisão Crítica: Este estudo apresentou relevância, pois a variável dinheiro também foi considerada um acusador da violência contra a mulher. Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi analisar a maneira como os psicólogos atuam e as suas intervenções no que concerne a finanças/dinheiro na terapia de casais. Para tanto, os autores utilizaram alguns conceitos e definições do teórico Sartre para embasar a pesquisa.</p> <p>Referência: CARDOSO, L. B. S. A.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. O casal face as finanças: revisão da literatura. In: <i>Nufen: Phenomenology and interdisciplinarity</i>, Belém, v. 3, n. 9, p. 177-187, set/dez., 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v9n3/a15.pdf</p>
<p>O enfrentamento ao fenômeno discriminatório em uma população de adultos</p>	<p>Base de dados: <i>Scielo</i></p> <p>Revisão Crítica: É de relevância o presente estudo, pois além de desvelar o espaço universitário, aborda também a temática de gênero dentro do processo discriminatório sob o olhar da fenomenologia. Sendo assim, o objetivo do mesmo foi explorar a discriminação e as suas formas de enfrentamento por servidores universitários. Para tanto, empregou-se a técnica bola de neve para a realização de entrevistas semiestruturadas e os resultados obtidos foram interpretados à luz heideggeriana.</p> <p>Referência: BADALOTTI, T. S. <i>et al.</i> O enfrentamento ao fenômeno discriminatório em uma população de adultos. In: <i>Physis Revista de Saúde Coletiva</i>, Rio de Janeiro, v. 29, n.4, p. 1-23, jun., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/dFgCdDyXzmbXjkzYhwSGhtv/abstract/?lang=pt</p>

Participação de mulheres na produção do conhecimento em ciências: revisão de literatura	Base de dados: <i>Google Acadêmico</i>
	Revisão Crítica: Este estudo tem por objetivo discutir a produção de conhecimento realizado por mulheres, considerando a sua trajetória e os seus modos de existir numa perspectiva humanística. O mesmo foi considerado relevante em razão da produção científica de mulheres, dialogando mesmo que indiretamente com o contexto do presente estudo. Ademais, não utilizou nenhum fenomenológico específico para analisar as experiências dessas mulheres encontradas na literatura científica.
	Referência: CASELLATO, T. F. L. A participação de mulheres na produção do conhecimento em ciências: revisão de literatura. In: <i>Revista Faculdade do Saber</i> , São Paulo, v. 13, n. 6, p. 972-978, mar., 2021. Disponível em: https://rfs.emnuvens.com.br/rfs/article/view/135/101
Postura e intervenções do Gestalt-Terapeuta frente à violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo	Base de dados: <i>PePsic</i>
	Revisão Crítica: O artigo utilizou o método fenomenológico com a abordagem gestáltica para realizar um estudo teórico sobre a violência psicológica por parceiro íntimo pautado em pesquisas de periódicos gestaltistas no país. Os resultados obtidos foram discutidos à luz da teoria Gestalt-terapia, como forma de intervenção para as mulheres vítimas de violência psicológica.
	Referência: AUGUSTIN, L. W; BANDEIRA, C. C. A. A postura e intervenções do Gestalt-Terapeuta frente à violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo. In: <i>Phenomenological Studies – Revista da Abordagem Gestáltica</i> , Goiânia, v. 26, n.1, p. 449-459, abr., 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v26nspe/v26nspea10.pdf
Um olhar fenomenológico para mães de crianças vítimas de abuso sexual: uma revisão da literatura	Base de dados: <i>PePsic</i>
	Revisão Crítica: O objetivo deste estudo que empregou a Analítica da Existência de Heidegger, é lançar um olhar fenomenológico para como as mães de crianças vítimas de violência sexual são apresentadas na literatura científica nacional. O mesmo se mostrou relevante, pois o lugar dessas mães é em sua maioria de inferiorização e de culpabilização da violência em razão da cultura patriarcal.
	Referência: CUNHA, G. G.; DUTRA, E. M. S. Um olhar fenomenológico para mães de crianças vítimas de abuso sexual: uma revisão da literatura. In: <i>Revista da Abordagem Gestáltica</i> , Goiânia, v. 25, n. 1, p. 103-110, jan/abr., 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v25n1/v25n1a11.pdf

Violência obstétrica: revisão integrativa de pesquisas qualitativas	Base de dados: <i>Scielo</i>
	Revisão Crítica: Dentro da perspectiva de gênero, o artigo tem como objetivo explorar a violência obstétrica, por meio da experiência de mulheres dentro da literatura científica. Apesar dos autores não destacarem um fenomenólogo, utilizam-se da fenomenologia para compreender a vivência dos sujeitos por meio da descrição da experiência acerca de determinado fenômeno.
	Referência: BARBOSA, L. C. <i>et al.</i> Violência obstétrica: revisão integrativa de pesquisas qualitativas. In: <i>Avances em Enfermeia</i> . Bogotá, v. 35, n. 2, p. 109-207, mai/ago, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002017000200190

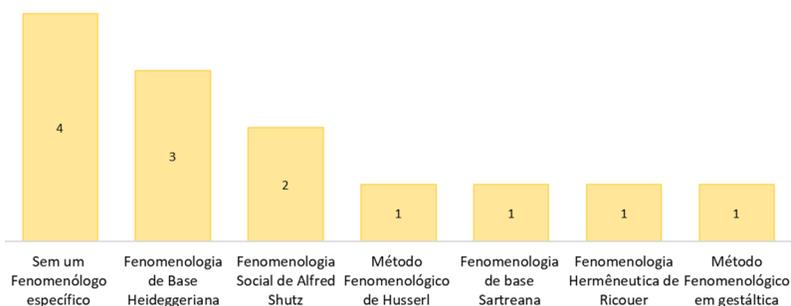
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráficos 1 e 2 – O ano de publicação e as bases de dados dos artigos selecionados



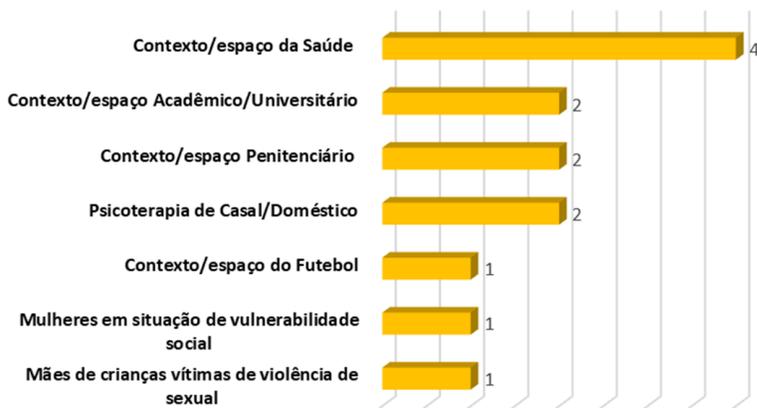
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 3 – Os fenomenólogos encontrados nos estudos selecionados



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 4: O contexto/espço dos estudos selecionados



Fonte: Elaborado pelos autores.